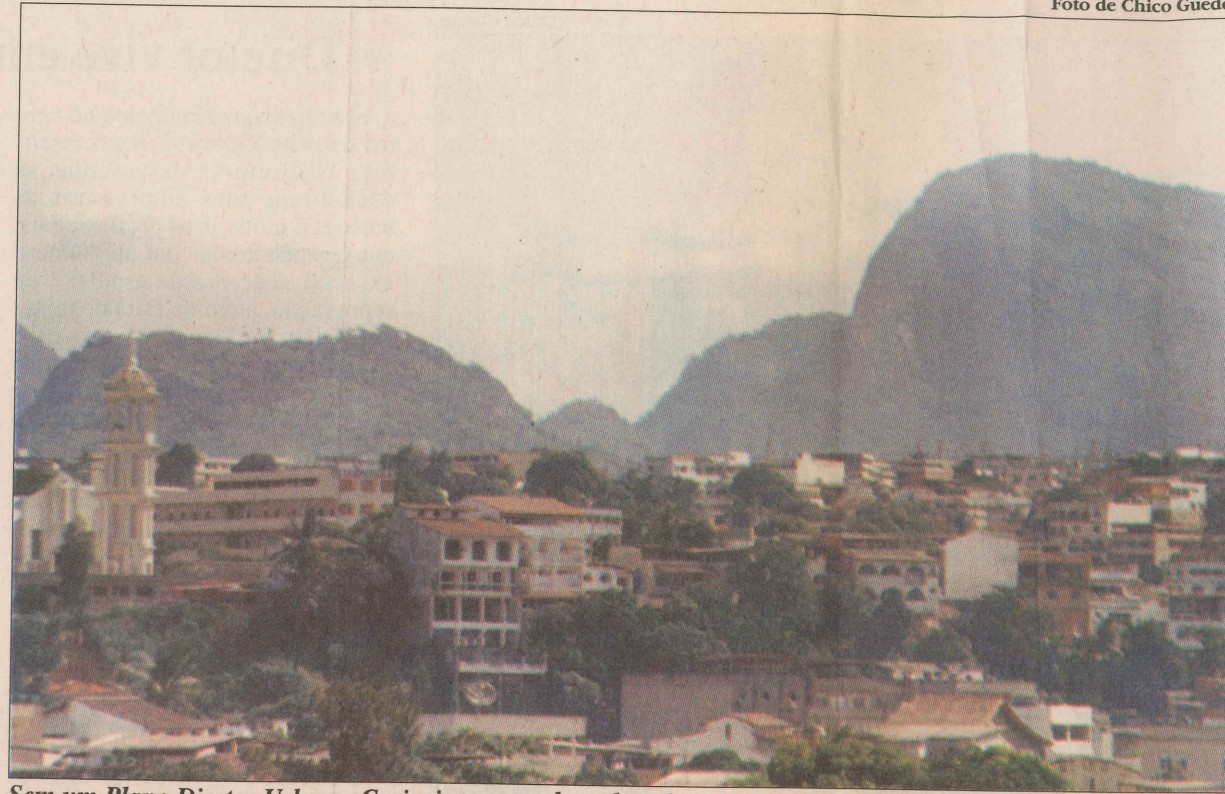


Qualidade de vida é projeto distante para Cariacica

Foto de Chico Guedes

Cláudia Feliz



Sem um Plano Diretor Urbano, Cariacica cresce desordenadamente e por isso os problemas vão se acumulando

Nunca se discutiu tanto sobre a importância de garantir a qualidade de vida nas cidades. No mês que vem, em Istambul, na Turquia, na Segunda Conferência de Assentamentos Urbanos (Habitat II), as formas de dignificação da vida dos cidadãos nos centros urbanos estarão sendo debatidas. Mas, em meio a essa discussão, num momento em que Vitória põe em prática um projeto que pretende definir e elaborar um planejamento estratégico da cidade até o ano 2010, em Cariacica, bem próximo à capital do Estado, definir estratégias pensando no futuro é algo considerado ainda distante do possível. Ali, sequer há Plano Diretor Urbano (PDU) e só agora há a expectativa de aprovação de um Plano Diretor Ambiental. Dos 176 bairros legalmente existentes (além dos 20 loteamentos clandestinos), apenas 30% dispõem de pavimentação e rede de drenagem. "Dá angústia saber que é preciso correr, para não sermos atropelados", admite a secretária de Planejamento, Therezinha Lemos Loyola, diante dos problemas que fazem Cariacica viver pressionada pelas demandas do "aqui e agora".

Em Cariacica, a secretária Therezinha Lemos Loyola admite que é preciso pensar a curto prazo. E não poderia ser diferente, tendo em vista as condições de vida do município. Ali, onde 65%

rios de Cariacica estão poluídos com despejo de esgoto **in natura**. Mas o rol de problemas é grande, começando pela coleta de lixo, que só cobre, de forma regular, 72 dos 176 bairros. "Avançamos nessa área, porque a atual administração assumiu sem que o serviço existisse", diz a diretora de Meio Ambiente, Márcia Braguínia. Um projeto de construção de uma estação de tratamento de esgoto está previsto para a região da Grande Rio Marinho.

Tanto ela quanto o diretor de Programação Orçamentária e Projetos, Marcelo Viguini, e a secretária Therezinha Loyola insistem no fato de que falta à população consciência sobre a necessidade de se planejar ações visando ao futuro. "A cobrança da comunidade é voltada para as necessidades imediatas. As demandas são por serviços básicos", comentam.

Mudança tem muitos obstáculos

A presidente da Federação das Associações de Moradores de Cariacica (Famoc), Dalva Antônia Mattedi, não alimenta grandes esperanças de mudança no município para o ano 2000, olhando o futuro apenas com base na realidade que reina hoje no local. "Não temos o que é básico e sequer conseguimos conversar sobre nossos problemas com o prefeito Aloísio Santos", garante ela.

Dalva Mattedi admite que falta à população o sentimento de orgulho de ser cariaciquense. "A maioria das pessoas tem vergonha de morar aqui. Quem compra carro, por exemplo, não quer trocar de placa para não circular com uma que leva o nome de Cariacica", garante. A presidente da Famoc diz que preocupa às pessoas que inte-

gram o movimento popular no município, a garantia de condições melhores de vida.

Mas ela insiste no fato de que "falta vontade política aos governantes". E esse seria, na sua avaliação, o maior obstáculo às mudanças. "Temos muitas carências aqui, acumuladas ao longo de anos. Isso faz com que a gente às vezes perca um pouco a esperança", admite. Seu marido, Paulo Mattedi, que preside a Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), critica o imediatismo das ações públicas. E acrescenta: "Em Cariacica, quando uma pessoa atinge um determinado nível, um certo **status**, vai morar em Vitória ou Vila Velha. Pouca gente pensa em investir aqui".

da do município. Ali, onde 65% da população têm renda que varia de zero a cinco salários mínimos e a predominância do nível de escolaridade entre os quase 300 mil habitantes é do 1º grau incompleto, a carência de infra-estrutura urbana é evidente. Grande parte dos bairros (70%) não possui pavimentação e rede de drenagem. São tantas as carências, que a presidente da Federação das Associações de Moradores de Cariacica (Famoc), Dalva Antônia Mattedi, não se furta em admitir: "Muita gente tem vergonha de morar aqui".

Definir critérios de uso e ocupação do solo, como forma de garantir a qualidade de vida da população, é o principal desafio dos técnicos da Prefeitura de Cariacica. No mês que vem, eles esperam dar início à tarefa, com a aprovação do Plano Diretor Ambiental, o primeiro do gênero no Espírito Santo, segundo a secretária Therezinha Loyola. O plano, resultado de uma parceria com a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), está em fase final de diagnóstico das áreas críticas do município.

Rios

Uma delas diz respeito aos recursos hídricos. Praticamente todos os

básicos", comentam. E não poderia ser diferente num município onde a ocupação desordenada do solo resultou em um amontoado de bairros, onde sobram ruas sem calçamento e faltam redes de esgoto. Pelo menos 20 loteamentos considerados clandestinos, porque não registrados na Prefeitura, somam-se aos bairros legalmente existentes. Para conter o processo, o atual prefeito, Aloísio Santos, proibiu a aprovação de novos loteamentos sem o atendimento às normas que prevêem obrigatoriedade de implantação de infra-estrutura.

Therezinha Loyola admite que a falta de um Plano Diretor Urbano contribuiu para a realidade atual. "Foi a falta de um PDU que possibilitou ao Governo do Estado instalar aqui bairros como Itanhenga e Padre Gabriel", diz ela, referindo-se a dois bolsões de pobreza. O plano está sendo elaborado. "Não dava para fazermos muita coisa nesse sentido, porque só esta administração conseguiu pôr em prática um projeto de aerofotogrametria e um mapeamento cartográfico", explica a secretária, ao frisar que foi preciso "partir do zero", numa referência à carência de estudos e projetos que encontrou ao assumir a pasta.

Pólo industrial é esperança

Foto de Chico Guedes



Therezinha: pólo é esperança

A grande esperança de desenvolvimento de Cariacica, segundo a secretária Therezinha Loyola, está no pólo industrial previsto para a região do Contorno, em função do Corredor Centro-Leste. Sua localização é considerada estratégica. A rodovia, que corta o local, dá acesso aos portos e às regiões Norte e Sul do país. Também passa por ali uma ferrovia. Há garantia de água e energia elétrica, grandes vazios de terras e um gasoduto em fase de implantação.

Os 11 quilômetros de terras na região estão sob controle da Prefeitura, que por meio da lei 3.072/95 instituiu áreas específicas para implantação das zonas industrial e de serviços especiais no município. Foi a forma encontrada para evitar a ocupação desordenada do Contorno, onde já existe um enorme bairro carente, Itanhenga, instalado pelo Governo do Estado no início da década de 80.

Proteção

A proteção se faz necessária, admite Therezinha Loyola, diante da forte pressão exercida pela existência de um grande contingente de famílias sem moradia no município. "Os grandes projetos industriais, que beneficiaram a Serra e Vitória, renderam a Cariacica a ocupação desordenada. Famílias inteiras, provenientes da Bahia, de Minas Gerais e do interior do Espírito Santo se instalaram aqui. E a migração ainda não acabou", disse.

Investindo 7,54% de seu orça-

mento em saúde, 26,42% em Educação, 8,76% em serviços urbanos e 15,49% em obras, Cariacica enfrenta sérios problemas, além da carência de infra-estrutura urbana, na área da saúde. Dados da

Auditech - Consult Consultoria Ambiental, reunidos num trabalho que é parte integrante do diagnóstico ambiental do município, indicam níveis preocupantes. Segundo o documento, em 1994 registrou-se ali um coeficiente duas vezes maior do que a média estadual no que diz respeito à mortalidade infantil.

O município construiu um hospital, ainda com as portas fechadas, e está esperando uma parceria - "até mesmo com o setor privado" - que viabilize seu funcionamento. Grande parte dos doentes de Cariacica tem que ser atendida em hospitais de Vitória. Na área de Educação, há déficit de vagas. Therezinha Loyola diz que a Prefeitura optou por estruturar a rede existente onde, segundo ela, "há abundância de merenda".

No plano ambiental, um projeto de educação, orçado em R\$ 100 mil, é objeto de desejo da secretária, mas sua viabilização esbarra nas dificuldades financeiras da municipalidade. Ela admite que o dinheiro é suficiente para drenar e pavimentar 300 metros de rua. Um exemplo bem simples do dilema entre a opção de se agir - num município carente por natureza - pensando no "aqui e agora" ou na execução de um projeto educativo com visão futura.